

# Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1238 | JOACABA -SC, SEXTA-FEIRA 12 DE SETEMBRO DE 2025 | E-MAIL: cidadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604 - R\$ 6,00



## PESQUISA

oBoticário

### Se a eleição fosse hoje Jorginho estaria reeleito diz pesquisa da Futura

**I.nova Unoesc:**  
**Programa de**  
**Desenvolvimento**  
**de Startups –**  
**Fase de Incubação**

Página 5



**PMSC abre 484 vagas para**  
**agentes temporários,**  
**inclusive em Herval d'Oeste**

Página 13



**PORTALMED SST**  
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO  
CRM 3861-SC



Somos especialistas em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), dedicada a orientar as empresas no **compromisso com o bem-estar de seus colaboradores.**

**Nosso WhatsApp**  
**(49) 3521-2799**



# CIB - Cadastro Imobiliário Brasileiro ou ampliação de arrecadação

Por Vinicius Schmitz de Carvalho\*

Em passado próximo, vivenciamos que documento bom e válido, tinha que ter muitos carimbos, selos e assinaturas, que foi uma herança de tradição portuguesa para atos notariais. Que diga-se, até hoje perdura a utilização de excesso de carimbos, como de reconhecimento de firmas, selos de taxas de reaparelhamento do judiciário, carimbos de autenticações, autenticações de folhas ou páginas de livros registrais, havendo ainda um apego exagerado em carimbos eletrônicos, a tinta e até por adesivos de colagem.

O carimbo e o selo, remonta aos idos de 1305, pelo rei português Dom Dinis I, que tinha como lema e como prova de veracidade, a transmissão da palavra do rei, contendo o carimbo e o selo símbolos régios, com o nome do rei. Estes carimbos e selos, ficavam depositados e na posse de um homem honrado, nomeado pelo Rei, que lhe exigia submissão e fidelidade a coroa.

Discorro de forma proposital sobre selos e carimbos, trazendo uma ideia da escritura pública e os registros de atos notariais e atos de transmissão de imóveis, para também demonstrar, que escritura que não está cheia de carimbos, transmite a impressão, que não possui veracidade de documento legal. Mas vamos em frente, no Brasil, ao possuímos uma propriedade, quer urbana, quer rural, na sua continuidade, temos que nos submeter a uma série de formulários e informativos, que são imposições documentais fiscais.

Nos imóveis urbanos, podemos pensar que são poucos, pois administrados

por prefeituras municipais. Já no caso de imóveis rurais, a mixórdia ultrapassa os limites admissíveis, para aparentar a prova de possuidor, onde é anualmente exigido uma carga de informativos, entre os quais: a declaração de INCRA/ITR; CCIR (Certificado de Cadastro de imóvel Rural); CAR (Cadastro Ambiental Rural); GEOREFERENCIAMENTO; Cédula rural do imposto de Renda, para declarar rendas agropecuária e tributação e atualmente o Cadastro Imobiliário, que será uma nova exigência para identificar cada imóvel urbano ou rural, com CIB-Cadastro Imobiliário Brasileiro personalíssimo, como se fosse uma placa de um veículo, que identificará cada imóvel com um número, como se fosse um CPF de cada propriedade.

Este recém criado Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), certamente, visa tão somente criar um maior encargo sobre propriedades, como forma de desestímulo a aquisições de imóveis e primordialmente, tem a finalidade de ampliar a arrecadação, utilizando referenciais de valores de mercado atuais e não os simplesmente declarados, nos casos de alienação de imóveis.

A ideia do Ministério da Economia, é unificar as informações que hoje estão dispersas em diferentes órgãos (Prefeituras, Receita Federal, Cartórios, etc.) em um único banco de dados, o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER), que permitirá a integração e o cruzamento de dados, sempre é claro, com intenção de aprimorar a arrecadação.

Já permeiam em nosso meio, datas de implementação do CIB, como: até 1º de janeiro de 2026, os sistemas arrecadatórios federais, cartórios de registro e lavratura de escrituras, das capitais dos estados e o Distrito Federal, devem adequar seus sistemas para fornecer dados ao CIB. Em prazos estanques, a partir do início de 2027, todos os municípios e estados, deverão ter suas bases de dados ajustadas e o uso do CIB se tornará obrigatório em transações, documentos fiscais e registros de imóveis.

Onde pergunta-se! quais os impactos que o CIB trará? E temos como resposta, o que é certo, que o principal impactado, será o proprietário de imóveis, que terá seu imóvel cadastrado automaticamente, onde passará o proprietário, a ter seu imóvel cruzado com informações do Sinter, para identificar possíveis irregularidades, como não declarar rendimentos de alugueis, cálculo de tributação, como IPTU, ITBI e o novo IBS/CBS, em fase de normatização na atual Reforma Tributária. Como sempre, o privilegiado será o governo, que passará a ter um controle fiscal, mais aprimorado, para evitar a elisão e evasão fiscal.

O cruzamento de dados ajudará a identificar transações informais e a subnotificação de valores de imóveis. Merece ser evidenciado, que o CIB, não substituirá, a inscrição municipal e muito menos os registros em cartório, passando a ser meramente um código adicional, que unifica essas informações, para um controle arrecadatório mais abrangente.

Aproveitando o

gancho, temos também uma mudança radical, principalmente em imóveis rurais, no caso de ter o seu imóvel, transpassado por uma estrada municipal, estadual ou federal, onde esta via pública será excluída do perímetro da propriedade privada. Ou seja, na matrícula de registro do imóvel, a área original é "seccionada" em duas ou mais glebas e concomitantemente em dois registros (matrículas).

Ao ser elaborado o georreferenciamento, terá que ocorrer dois memoriais descritivos, dimensões e confrontações individuais para cada gleba seccionada por estradas. Como não poderia deixar de gerar complicações, até poderá em casos isolados, manter uma única matrícula, mas com identificações individualizadas e primordialmente a área de cada gleba deve respeitar a Fração Mínima de Parcelamento (FMP) da região, a menos que o desmembramento tenha sido involuntário, como no caso da criação de uma estrada, situação em que há decisões judiciais que permitem a abertura de matrícula para a área menor.

A celeuma de que a imposição do CIB, irá melhorar o sistema imobiliário, é uma desinformação, pois todo o objetivo deste cadastro, é permitir uma ampliação na tributação nas transações do mercado imobiliário, visando unicamente a busca de uma forma mais severa na imposição de valores aos bens negociados, possivelmente com a pauta de valores ou tabelas progressivas de valores pela localização de cada imóvel terreno. É indiscutível e não pode ser negado, que esta havendo

pelo Ministro da Economia Fernando Haddad, mais uma forma de incrementar a arrecadação, por uma maneira disfarçada de criar uma nova coleta de tributos, em uma ampliação não prevista em nossa legislação, mas passa a ser amparada por um disfarçado cadastro, que buscará ampliar a base de cálculo de cada imóvel, não pelo valor realmente negociado, mas pelo valor apurado por cruzamentos. É da cultura do povo brasileiro, a luta pelo trabalho, onde pais, filhos e netos, se cotizam e buscam em regime de economia familiar, adquirir propriedades para o trabalho e patrimônio familiar, para garantir o futuro.

Mas estamos vivenciando uma insegurança no direito de propriedade, com viés de comunismo e socialismo, onde se busca impor cargas tributárias insuportáveis, com ampliação da base de cálculo, como desestímulo e para inclusive, não garantir aos filhos, esposa e netos, o direito a sucessão, com imposição de alta tributação no imposto da desgraça (aplicado no momento da morte), que é o famoso imposto causa mortis ou ITCMD (Imposto de transmissão causa mortis e doação), onde o governo toma parte do patrimônio particular, convertido em impostos, em momento de pesar pela perda de um familiar, em que não paira uma aquisição onerosa, mas tão somente a regularização dos bens aos herdeiros familiares, seguido de altos custos, por esta regularização obrigatória.

Vem sendo uma constante, nos tempos atuais, o desestímulo a

aquisição de bens patrimoniais e a ameaça a segurança no direito de propriedade. Nesta matéria, comentamos sobre o abuso do uso de carimbos e selos em nosso cotidiano (com custos), como também, o excesso de formulários de informativos fiscais, para quem possui propriedades, mas tudo leva a crer, que se tratam de meras ferramentas de aumentar a arrecadação e não trazer proveito ao sofrido povo brasileiro, pela excessiva carga tributária.

Em definitivo, o Governo Federal, vem implementando uma acentuada centralização de tudo e o mais, em Brasília, o que não pode ser aceito pelas unidades federadas (Estados). Esta constante, já direcionou e centralizou a arrecadação nacional pelo IVA em Brasília; O Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, luta pela centralização das Polícias estaduais em Brasília, o que deve simplesmente ser inaceitável pelos estados da federação; O recém implementado CIB - Cadastro Imobiliário Brasileiro, é centralizado em Brasília; o golpe contra aposentados, pensionistas e INSS, é centralizado em Brasília; mesmo sendo uma fraude, os aproximados 500.000 empréstimos consignados falsos, em nome de deficientes, mortos e incapazes, estão centralizados também em Brasília.

Enfim, temos que lutar pelo MENOS em Brasília e lutar pelo mais no resto do Brasil. (Fontes: compilação da IA, YouTube e opinião própria)

Vinicius Schmitz de Carvalho - Advogado

## Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

SEDE: JOAÇABA - SC. - E-mail: [cidadela@uol.com.br](mailto:cidadela@uol.com.br) - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armino Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

EDIÇÃO Nº 1238 - SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2025

Edição da internet

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



## Civismo – Brasília Patria Nostra est!

Por *Euclides Riquetti\**

O Sete de Setembro serviu de palco para a direita brasileira mostrar sua insatisfação com relação à situação política atual. Milhões de pessoas foram às ruas e praças para protestar. Eu estava em Chapecó e presenciei o desfile do Dia da Independência do Brasil, um espetáculo cívico que eu não via há muitas décadas. O Prefeito João Rodrigues no palanque oficial, saudando os que desfilavam, esbanjando simpatia e mostrando seu prestígio junto à população daquela cidade.

Chapecó está na casa dos trezentos mil habitantes. É uma cidade que cresce, a construção civil está de vento em popa, as obras públicas são bem projetadas e executadas. Escolas cívico-militares, escolas públicas e outras privadas estavam com seus professores, alunos e muitos pais desfilando com garbo na Avenida Getúlio Vargas, passando pelo lado da Catedral e o monumento do Desbravador.

Entidades associativas e culturais, polícia militar, guarda municipal, bombeiros, agentes penitenciários, polícia ambiental, escoteiros, viaturas novas e possantes, polícia montada, cães farejadores, drones, lanchas, veículos motoaquáticos, marinha, pessoas de todas as idades desfilando e sendo aplaudidas. Um locutor e uma locutora narrando fatos e enaltecendo a história de cada entidade, sonorização perfeita, decoração verde, amarela, branca e azul anil. Eu nunca vira coisa igual antes. E, os mais críticos e observadores, falando da ausência do exército. Teria isso a ver com o Comando Nacional? Seriam eles os melancias, tão crricados e cobrados pelos brasileiros que são opositores ao atual regime político brasileiro? Mas não fizeram nenhuma falta!

Visitamos as obras do novo autódromo internacional que está sendo construído à sudoeste da cidade, um local amplo e com projeto fantástico, que deverá ser inaugurado em março de 2027. O Parqye Medelín, construído em homenagem aos que morreram na tragédia do voo da Chape, quando 71 pessoas entre atletas, profissionais da imprensa e dirigentes perderam a vida naquele avião da Lamia, está em fase final de implantação, mas já fica lotado nos finais de semana. Uma área que era inútil e recebeu um projeto ambiental e esportivo de alto nível, com lago, quadras de esportes, jardinagem, arborização e paisagismo, tudo em harmonia. Uma Rua Coberta está em construção, pela construtora Colacer, de Lacerdópolis, vai dar mais um upgrade naquele parque. Loteamentos empresariais e condomínios residenciais fatásticos numa cidade em que o IPTU é, comparativamente, bem menor que o de Joaçaba.

Lembro que Chapecó e Joaçaba têm a mesma idade, e a população de lá é dez vezes maior do que a nossa. Não considero que ter muitos habitantes seja um bom negócio, mas a presença de maior número de pessoas significa que há maior número de empregos e maior número de indústrias. Eventos acontecem a toda a hora e, naquele dia, uma exposição de carros antigos num cartódromo foi uma grande atrativo. O Shopping Pátio teve significativa ampliação, os acessos à cidade foram melhorados, principalmente na via expressa que liga a cidade à BR 282. Projetos ousados, políticos modernos e com força, de todos os naipes, e temos crescimento significativo, com sistentabilidade. Capital intelectual imenso e a forte liderança de João Rodrigues.

Nossa cidade precisa de um “sacode”, as leis existentes engessaram o seu desenvolvimento e não buscamos, em Brasília e Florianópolis, os recursos a que temos direito, Agora, com o Governo Sartori e Dresch, nossas expectativas se renovam, o espírito asministrativo é outro e o discurso também.

Brasília patria nostra est! – Lembrei de uma frase que aprendi nos meus estudos de latim, com o professor Leo Horst, na FAFI, em União da Vitória: O Brasil é nossa Pátria! Claro que é! Mas precisamos que o trabalho e o estudo sejam valorizados que a política partidária cuide de fazer o que é de seu dever e que as autoridades constituídas cumpram com as leis e a Construição. Que a jurisprudência de retórica seja substituída, seja trocada pela real e verdadeira, e que voltemos a nos orgulhar do Brasil. Que os exemplos de Chapecó nos ajudem a escolher os melhores caminhos para nossas cidades. Precisamos disso!

*Euclides Riquetti – Escritor – [www.blogdoriquetti.blogspot.com](http://www.blogdoriquetti.blogspot.com)*

## Joaçaba Futsal vai eleger nova Diretoria/Biênio 2026/2027

A Associação Joaçaba de Esporte e Cultura (AJEC), entidade mantenedora do Joaçaba Futsal, realizará, no dia 2 de outubro, a eleição da diretoria e do conselho fiscal para o biênio 2026/2027. De acordo com o Edital nº 02/2025, para a Assembleia Geral Ordinária estão convocados os associados fundadores e efetivos com direito a voto.

A reunião ocorrerá nas dependências do Hotel Jaraguá, na área central de Joaçaba. A primeira convocação, com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados, está marcada para às 19h. E a segunda convocação para às 19h30, com qualquer número de presentes.

Serão eleitos o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o

diretor de Esportes, assim como os conselheiros fiscais titulares e suplentes para o mandato de dois anos. A eleição se dará por voto direto e secreto, sendo que será declarada vencedora a chapa com a maioria dos votos válidos.

As chapas interessadas em concorrer deverão ser registradas junto à Secretaria da AJEC, até cinco dias antes da data da eleição. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [financeiro@joacabafutsal.com.br](mailto:financeiro@joacabafutsal.com.br) ou pelo WhatsApp (49) 98881-2185.

A AJEC/Joaçaba Futsal reafirma seu compromisso com a transparência, a responsabilidade administrativa e o cumprimento integral do estatuto que rege a entidade. Com foco em uma gestão profissional e sustentável,

a equipe de dirigentes tem trabalhado de forma organizada para encerrar o ano de 2025 de maneira sólida, assegurando estabilidade e confiança para os próximos desafios.

“Estamos estruturando o presente para que o futuro seja ainda mais promissor”, destaca Gustavo Locatelli, representante legal da AJEC/Joaçaba Futsal, enaltecendo que o planejamento para o biênio 2026/2027 já está em andamento e contempla não apenas o fortalecimento do elenco e da comissão técnica, mas também avanços na gestão, na valorização da base e na proximidade com a comunidade.

*Mayelle Hall /  
Comunicação Joaçaba  
Futsal*



# Se a eleição fosse hoje Jorginho estaria reeleito diz pesquisa da Futura

Em mais uma pesquisa exclusiva para RCN sobre as eleições de 2026, realizada pela Futura Inteligência, o atual governador, Jorginho Mello (PL), aparece na frente no 1º turno e vence em todos os cenários de 2º turno.

A segunda Pesquisa Eleitoral para 2026, exclusiva para RCN On-line, realizada pela Futura Inteligência, empresa de pesquisa da Apex Partners, traça os cenários para a disputa ao Executivo catarinense nas eleições do próximo ano. A sondagem também traz avaliações do governo estadual e da figura do governador. A intenção de voto para presidência da República e a avaliação do governo Lula pelo eleitorado de Santa Catarina também constam da pesquisa.

Cenários para a disputa ao Executivo catarinense nas eleições de 2026

Nas simulações para a eleição estadual de SC, o atual governador, Jorginho Mello (PL), aparece na frente no 1º turno e vence em todos os cenários de 2º turno. O chefe do Executivo catarinense também lidera a intenção de voto na pesquisa espontânea, com percentual superior ao registrado na pesquisa anterior.

## Espontânea

Na resposta espontânea, diante da pergunta em quem o eleitor votaria para o Governo do Estado, **Jorginho Mello (PL)** aparece com 30% das intenções de voto, subindo 5 pontos percentuais em relação a abril deste ano, quando marcou 25%.

**João Rodrigues (PSD)**, prefeito de Chapecó, aparecia com 8,3% e agora marca 9%

**Décio Lima (PT)** aparece com 1,1% na pesquisa espontânea.

**Antônio Lunelli (MDB)** registrava 0,1% e agora 0,7%.

**Topázio Neto (PSD)**, prefeito de Florianópolis, saiu de 0,3% para 0,4%

**Adriano Silva (Novo)**, prefeito de Joinville, manteve 0,3%

Não sabem/não responderam 53,6% (eram 54,7% em abril deste ano).

## Cenário 1º turno

A pesquisa da Futura testou vários cenários para o primeiro turno da corrida eleitoral para o governo do Estado. Confira como ficariam as primeiras colocações, na resposta estimulada, quando se apresentam alternativas ao eleitor.

Embora seja do mesmo partido de João Rodrigues, Topázio Neto aparece na pesquisa estimulada, em vários cenários de primeiro e segundo turnos, pelo fato de figurar na manifestação espontânea do eleitorado catarinense.

**Cenário 1 (com a inclusão de Décio Lima (PT) não colocado como alternativa ao eleitorado na pesquisa de abril de 2025)**

**Jorginho Mello** - 50,9 % (48,7%)(+)

**João Rodrigues** - 18,6%. (22,1%) (-)

**Décio Lima** - 9,9% ( )

**Cenário 2 (com Décio Lima e sem João Rodrigues e com Topázio)**

**Jorginho Mello:** 59,3%

**Décio Lima:** 12,7%

**Topázio Neto:** 5,5%

**Cenário 3 (Jorginho Mello, João Rodrigues e Décio Lima, sem Topázio Neto)**

Jorginho Mello: 55,0%

João Rodrigues: 18,8 %

Décio Lima: 11,9%

**Cenário 4 (Jorginho Mello, João Rodrigues e Décio Lima, com**



## Topázio Neto)

Jorginho Mello: 58,3%

Décio Lima: 12,4%

João Rodrigues: 10,8 %

Topázio Neto: 3,7%

## 2º turno

No confronto em 2º Turno, o governador venceria todos os seus oponentes, com o seguinte placar:

59,1% x 25,8% de João

Rodrigues;

70,9% x 17,9% de Décio Lima;

69,4 x 14,0% de Adriano Silva;

76,6% x 9,5% de Afrânio Boppéré;

e

68,6% x 12,9% de Topázio Neto

Na hipótese de Jorginho Mello abrir mão da busca pela reeleição, João Rodrigues também venceria

todos os seus oponentes

## Rejeição

Dos candidatos citados na pesquisa, Décio Lima (PT) é o que aparece com a maior rejeição (41,5%); Jorginho Mello registra 17%; Afrânio Boppéré 15,9%; Topázio Neto 12,8% e João Rodrigues 7,4%.

## Sobre a pesquisa

Foram realizadas 844 entrevistas com eleitores de Santa Catarina com 16 anos ou mais pela técnica de abordagem de entrevista telefônica assistida por computador, no período de 25 de agosto a 28 de agosto de 2025. O Índice de Confiança é de 95% e a margem de erro é de 3,44 pp.



# INTERATIVA CONTABILIDADE

**ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA  
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS**

**FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.**

# I.nova Unoesc: Programa de Desenvolvimento de Startups – Fase de Incubação

O Hub de Startups do I.nova Unoesc está com inscrições abertas para o Programa de Desenvolvimento de Startups – Fase de Incubação. O edital ([https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2025/09/Edital-n.-58-incubacao\\_2025.pdf](https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2025/09/Edital-n.-58-incubacao_2025.pdf)) é voltado a pessoas jurídicas de empreendimentos inovadores que já ultrapassaram a fase de ideação e se encontram em processo de validação ou operação. O objetivo é apoiar o aprimoramento do modelo de negócio, o desenvolvimento de produtos ou serviços, a consolidação de práticas de gestão, a ampliação das relações comerciais e a implementação de estratégias para acesso ao mercado, assegurando sustentabilidade e escalabilidade.

A fase de incubação compreende um período de 24 meses, podendo ser prorrogada por até dois períodos consecutivos de 12 meses, mediante análise e aprovação da coordenação do Hub de Startups do I.nova, considerando os resultados apresentados pela startup em cada etapa.

— Este edital é um marco para a Unoesc, é o primeiro focado para a fase de incubação, ou seja, destinado a empresas já constituídas ou em vias de se constituírem juridicamente. É uma oportunidade para startups de base tecnológica ou empreendimentos inovadores de todos os campi da Universidade,

com foco em negócios que têm no DNA a inovação ou um diferencial inovativo. Com esse edital, a Unoesc dá um passo importante para fortalecer o ecossistema de inovação e contribuir para o desenvolvimento de empresas com alto potencial de crescimento — destaca o coordenador geral de Inovação e Empreendedorismo, professor Fábio Lazzarotti.

Além do processo de incubação, a Unoesc também atua na pré-incubação, destinada a pessoas físicas em fase inicial de desenvolvimento de ideias inovadoras. Apenas em 2025, cerca de 100 propostas foram inscritas nessa modalidade, alcançando números históricos. No mês de agosto, ocorreram as apresentações finais dos pré-incubados, por meio dos pitches, nos quais os participantes expuseram os planos de negócio construídos com base em mentorias, oficinas e orientações individuais e coletivas.

Do total, 23 pré-incubados seguem nessa etapa para amadurecer os modelos de negócio, enquanto outros 35 ingressaram no processo de pré-incubação para o segundo semestre de 2025.

— A participação no processo de pré-incubação do I.nova foi fundamental para transformar a visão inicial em um caminho sólido para o nosso negócio. A metodologia



estruturada nos guiou na validação da ideia, na construção do plano de negócios e de um plano financeiro realista. Um dos momentos mais marcantes foi a conexão proporcionada pelo I.nova com nosso primeiro potencial cliente, o que nos coloca agora em fase final de negociação. Esse suporte foi essencial para chegarmos a esse ponto de evolução — afirmou Carlos Vieira, que teve uma ideia pré-incubada no I.nova.

O professor Fábio reforça que o edital de incubação está aberto para pré-incubados da Unoesc e também para a comunidade em geral, sendo uma excelente oportunidade

àqueles que têm interesse em validar e operacionalizar suas ideias empreendedoras no mercado.

— A incubação é mais que um apoio institucional. É a materialização daquilo que a Universidade busca promover: gerar oportunidades, transformar

ideias em negócios e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. Queremos que essas startups não apenas cresçam, mas que se tornem referências em inovação — finaliza o professor Fábio Lazzarotti.





# O tempo passa...

Por Neusa Maria Breda

## 1 - Ano eleitoral é problemático.

Mesmo com pessoas desaparecidas notamos que a nossa Santa Catarina registrou mais pessoas assim!

De 2,5 mil ocorrências de desaparecimento em 2025.

No ano passado foram 3.402 e 2, 828 casos solucionados. 14 por dia!

Temos que lembrar que estas ocorrências tendem a aumentar e os desaparecimentos também!

Tomara que nada disto aconteça! Pena que é pouco provável!

Sem ser desagradável, a tendência é piorar!

## 2 - Esta turma está grande!

Digam o que disserem a turma de Bolsonaro está enorme e cheia de razão. Que razão é esta?

Pessoal a gente está cansada de Faz de conta. Não adianta nem mentir nem fazer de conta que a história é outra.

Se fosse verdade a gente até aceitaria. Até hoje lembro da invasão efetuada pela turma toda composta por doidos e destrambelhados e alguns que aceitariam o que viesse!

Gente, quando vi a derrubada total de tudo que estava na frente do que ali estivesse, juro que chorei! Doe demais aquilo tudo!

Digam o que bem entenderem ou desejarem, mas é mais do certo que a trana golpista existiu sim! Mas devemos muito às Forças Armadas que levou ao zero o que Bolsonaro queria e se recusaram em apoiar a ação e também a falta de apoio popular!

Houve também a rejeição da elite política e da sociedade. Quando começaram os atos autoritários, a sociedade defendeu as instituições democráticas.

Deu certo! Ainda bem!

## 3 - O Governador de São Paulo pirou?

Não sei quem efetivamente o quer Tarcísio de Freitas ou o que será que ele pretendente? Difícil saber!

Logicamente que a gente vai buscar o que é necessário. Tarcísio disse que a nossa situação atual é semelhante a aquela que faz “40 anos em 4”

As declarações foram dadas na abertura do III Seminário Brasil Hoje, promovido pelo grupo Esfera Brasil.

Tarcísio participou da abertura ao lado do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes que pediu que Tarcísio construísse um lema para o futuro governo.

Foi aplaudido pelos presentes, reforçando que não seria uma “provocação”, já que o governador de São Paulo é cotado a concorrer à Presidência da República em 2026.

Tarcísio inicialmente afirmou que

era uma “tarefa difícil”, que “caberia aos marqueteiros”. Depois, disse que então deveria voltar à história e lembrar do passado.

Lembrou que foi a pessoa que mais tempo governou o Brasil e se tornou um líder popular e carismático que retornou ao poder em 50, tem o poder abreviado numa tragédia e que ele acaba indo mal, enfrentando uma série de oposições.

Aquilo culminou com ele tirando a própria vida. E aí se instala a confusão no Brasil. E agora como vai ser? Aquele líder carismático, aquele líder popular e aquela pessoa que governou o Brasil por muitos anos já não estava mais lá e o Brasil imerso na confusão”, disse, comparação com a situação atual e cita a chegada de Juscelino Kubitschek com o slogan ousado de “50 anos em 5”.

Soube impulsiona a indústria e constrói Brasília. O pessoal fala assim: 'Ele construiu Brasília em cinco anos'. Na verdade, ele construiu em três, pois a autorização do Congresso sai em 57 e ele conclui a construção de Brasília em 1960. Também construiu uma cidade que hoje é a nossa capital em 3 anos. Então, uma pessoa que pensou o futuro”, enfatizou, antes de defender um slogan semelhante.

“Então, eu não sei qual vai ser o lema de um novo governo. Eu sei que a gente precisa fazer pelo menos 40 anos em 4. Isso está muito claro”, disse, e Tarcísio foi sendo aplaudido pela plateia de empresários e políticos. No painel, Tarcísio também defendeu o que seriam os desafios do próximo governo. Citou a questão fiscal, a tecnologia e a segurança pública.

“Pra discutir a questão fiscal, para implementar uma agenda fiscal que vai nos garantir a prosperidade é só olhar aqui para pertinho. Olha o que a Argentina fez. Como que ela conseguiu reduzir o tamanho do Estado, como ela diminui despesa pública, o efeito que isso está tendo em inflação, o efeito que isso está tendo em crescimento”, apontou Tarcísio.

Interessante que ele continua dizendo que pretende concorrer à reeleição em São Paulo. Nos bastidores, porém, ele trabalha com a duas opções se houver aval do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Conseguiu entender? Não está fácil assim!

## 4 - E vem Eduardo Bolsonaro!

O objetivo de Eduardo Bolsonaro é salvar o pai e impor derrota ao país. A mais recente entrevista de Eduardo Bolsonaro à uma jornalista concedida dos Estados Unidos, escancara uma tese muito louca : seu objetivo é ele

obter “100% de vitória” e assim , livrando o pai de uma condenação.

A mais recente entrevista de Eduardo Bolsonaro à jornalista Bela Megale, concedida dos Estados Unidos, escancara uma tese pouco aceitável: ou ele obtém “100% de vitória”, livrando o pai de uma condenação ou aceita o destino de um exílio prolongado.

A fala, que mistura delírio, ameaça e chantagem diplomática, serve para formalizar aquilo que já estava em curso: uma cruzada internacional contra o Brasil em nome exclusivo da família Bolsonaro. Não se trata de defesa jurídica, tampouco de ação política legítima. O que Eduardo propõe é um tipo de terrorismo econômico: quanto mais avança a responsabilização de Jair Bolsonaro, mais pesadas deve pesadas devem ser as sanções ao Brasil, ainda que em detrimento de empregos, exportações, estabilidade cambial e setores inteiros da produção nacional.

A ordem está dada: o país sangra mas o patriarca não cai. É nesse contexto que a expressão “100% de vitória” adquire contornos sinistros. O êxito pretendido passa pela imposição de uma anistia ampla e irrestrita, capaz de apagar os crimes documentados e neutralizar o poder de reação das instituições.

Se houver “derrota”, segundo o próprio Eduardo, seria o confinamento voluntário em solo estrangeiro. O que ele quer dizer é um privilégio de quem tenta fugir do alcance da Justiça sem renunciar ao mandato, nem à estrutura parlamentar.

A operação é simples. Ele desconhece o interesse nacional e converte o Judiciário brasileiro em inimigo externo sem qualquer pudor em transformar a política externa do Brasil em moeda de troca por salvação familiar com a ajuda de Alexandre de Moraes.

Para Eduardo, o ministro não é apenas um juiz severo, mas o responsável direto por sua direta por sua condição de exilado e pela ruína do país e ao mirar o STF, Eduardo busca disfarçar como crise institucional o que é, de fato, desespero particular.

Não há patriotismo, apenas autopreservação; não há coerência, apenas cálculo. E, no centro dessa equação, está a ideia de que o Brasil inteiro deve ser arrastado para salvar um único homem. É um preço alto demais por tão pouco.

## 5 - Mais de mil pessoas perderam a vida em Santa Catarina neste ano.

Precisa fiscalização!

Entre janeiro e julho deste ano, Santa Catarina registrou mais de 134 mil acidentes nas rodovias federais, dos quais mais de mil foram fatais. No mesmo período do ano passado, ocorreram pouco mais de 130 mil acidentes, com 983 mortes, é o que apontam os dados do Detran de SC.

O aumento nesses números preocupa a população local.

Na BR-470, por exemplo, uma tragédia no trânsito deixou marcas profundas na vida de Adenilton. O filho, Luiz Eduardo, de apenas 21 anos faleceu em um acidente de moto ao ser atingido por uma linha de cerol.

Como pode ser assim? Isto tem que acabar!

Mas o que está acontecendo? Simples! Duas coisas são fundamentais: Excesso de velocidade e o uso de celular são as causas mãos evidentes, segundo o Detran.

Temos que lembrar que a Br-101 continua sendo a rodovia mais perigosa

A BR-101 continua sendo a rodovia mais perigosa do Estado, e as vítimas mais frequentes são motociclistas, seguidos por pedestres e ciclistas.

O Detran destaca a necessidade de engajamento de todos os órgãos para tratar do problema.

Leis mais rigorosas e maior eficácia na fiscalização são essenciais. Além disso, campanhas educacionais têm sido eficientes, segundo o órgão, mas investimentos em fiscalização e manutenção de veículos são cruciais para a segurança viária.

## 6 - Esta é muito boa!

Uma operação conjunta da Polícia Civil, Polícia Militar e Oficiais de Justiça flagrou, na noite de sábado passado, vários adolescentes desacompanhados de pais ou responsáveis em uma festa em Joaçaba, em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ou ECA.

Segundo o delegado regional, Gilmar Bonamigo, dois jovens foram flagrados utilizando documentos de terceiros maiores de idade. Eles foram identificados, retirados do local e tiveram os pais acionados. Ambos devem responder por ato infracional análogo ao crime previsto no artigo 308 do Código Penal, que trata do uso de documento de identidade alheio como se fosse próprio.

A festa só prosseguiu após a saída dos adolescentes. O proprietário do estabelecimento foi autuado administrativamente por permitir a presença de menores sem a autorização judicial exigida para esse tipo de evento.

O Ministério Público efetuou o pedido por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, com o objetivo de reforçar a proteção integral de crianças e adolescentes e fiscalizar locais que descumprem a legislação.

“Nosso objetivo não é apenas coibir práticas ilegais, mas também prevenir situações de risco e garantir que os direitos dos adolescentes sejam respeitados”, destacou a autoridade policial responsável pela operação.

A fiscalização contou com a participação de 15 policiais civis e militares, além de dois Oficiais de Justiça, durante um show que reuniu grande número de jovens.

Muito bom!

Ótima semana a todos! Grande afetuoso abraço! Saúde e paz sempre!!

# Alesc celebra os 50 anos da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina

## *Sessão especial homenageou a trajetória da Fecoagro e celebrou o impacto do cooperativismo no agronegócio catarinense*

Os 50 anos da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro) foram celebrados pelo Parlamento catarinense em sessão especial na noite desta segunda-feira (8) no Palácio Barriga Verde, na Capital. Vinte e seis personalidades, entre pessoas e instituições parceiras, foram homenageadas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina. A iniciativa foi proposta pelo deputado Antídio Lunelli (MDB) e contou com a aprovação unânime de todos os 40 parlamentares da Casa.

Na solenidade, que reuniu autoridades, representantes do agro catarinense, familiares e amigos, estiveram presentes além do proponente, deputado Lunelli, o presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento, deputado Altair Silva (PP), os deputados José Milton Scheffer (PP), Fabiano da Luz (PT), Mauro De Nadal (MDB), o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Herneus De Nadal, o presidente do Fecoagro, Arno Pandolfo, o presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Vanir Zanatta, o secretário estadual da Agricultura, Carlos Chiodini, entre outras lideranças.

### Referência nacional

Para o deputado Lunelli, a entidade é patrimônio do cooperativismo catarinense e brasileiro. “Há 50 anos a Fecoagro trabalha pela união das cooperativas, o que consolidou sua atuação e a tornou referência nacional e um modelo a ser seguido”, pontuou destacando que a entidade tem papel fundamental para o agronegócio catarinense.

Criada em 1975, a Fecoagro consolidou-se como referência nacional em integração e intercooperação entre cooperativas agropecuárias, sendo um braço econômico e político de representação do setor. Ao longo de sua trajetória, a entidade tem se notabilizado pelo trabalho em defesa do cooperativismo, pelo estímulo à união das cooperativas e pela promoção de boas práticas de gestão e governança.

### Soma de muitas mãos

Para o vice-presidente da Fecoagro e presidente da Ocesc, Vanir Zanatta, que falou em nome dos homenageados, a honraria é motivo de orgulho e de distinção. “Hoje o cooperativismo está em festa em Santa Catarina, porque essa

homenagem de 50 anos nos honra e engrandece”, admitiu.

Para ele, entre as razões de Santa Catarina ter uma das economias mais fortes do Brasil está o seu diversificado e competitivo setor cooperativista, que em 2023 faturou R\$ 85,9 bilhões e chegou a 4,2 milhões de associados. “O setor é uma potência para a economia do estado porque trabalha muito, com ética e governança”, disse Vanir Zanatta. Para ele, graças à união por meio de cooperativas, mais de 80 mil produtores rurais do estado e outros estados são exportadores de proteína animal de alto padrão para o mundo.

### Em festa

Sua fala foi atestada pelo presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo, que destacou a satisfação da entidade em receber essa honraria. “O cooperativismo está em festa. Estamos muito felizes com essa celebração que marca os 50 anos da luta de um setor que é reconhecido como uma das principais molas propulsoras da economia catarinense”, afirmou. Para ele, a distinção do Parlamento é emblemática. “Simboliza a soma de muitas mãos que se unem para o desenvolvimento econômico e social dos catarinenses”, disse.



Em nome da Alesc, deputado Antídio Lunelli entrega placa celebrativa a Arno Pandolfo, presidente da Fecoagro. Foto: Bruno Collaço / Agência AL

### A importância da Fecoagro em números

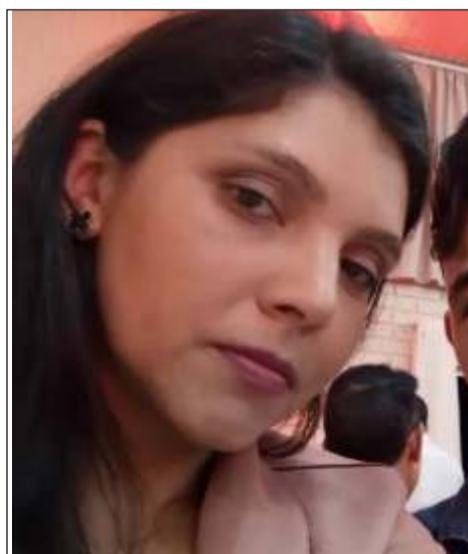
Dados da própria Fecoagro mostram a dimensão da atuação da entidade:

- ✓ Produção de 405 mil toneladas de fertilizantes em 2024
- ✓ Meta de 430 mil toneladas em 2025
- ✓ Distribuição de 500 mil toneladas de calcário
- ✓ Distribuição de 210 mil sacas de milho para a agricultura familiar
- ✓ Investimento de R\$ 125 milhões em 2023 em programas de apoio a produtores

### Homenageados

Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina – Fecoagro  
 Presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo  
 Vice-Presidente da Fecoagro, Vanir Zanatta  
 Diretor- Secretário da Fecoagro – Cladis Jorge Furlanetto  
 Presidente da Cooperativa Agropecuária de Lacerdópolis - Ademir Proner  
 Presidente da Cooperativa Regional Auriverde - Cláudio Post  
 Presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil) – Harry Dorrow  
 Presidente da Cooperativa Agropecuária Camponovense (Coocam) - João Carlos Di Domenico  
 Presidente da Cooperativa A1 de Palmitos – Lauri Slomski  
 Presidente da Cooperativa Agropecuária Videirense – Coopervil – Luiz Vicente Suzin  
 Presidente Cooperativa Central Aurora Alimentos - Aurora Coop - Neivor Canton  
 Presidente da Cooperativa Agroindustrial Alfa – Cooperalfa – Romeo Bet  
 Presidente da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copérdia- Vanduir Martini  
 Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária – Carlos Chiodini  
 Presidente da Epagri – Dirceu Leite  
 Presidente da Cidasc – Celles de Mattos  
 Ex-deputado estadual Moacir Sopelsa  
 Ex-deputado federal Odacir Zonta  
 Ex-deputado estadual Reno Caramori  
 Presidente da Faesc – José Zeferino Pedroso  
 Presidente da Fetaesc – José Walter Dresch  
 Presidente da Ocesc – Vanir Zanatta  
 Presidente da Cooperativa Central de Crédito de SC e RS – Rui Schneider da Silva  
 Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul – Cleverton Elias Vieira  
 Presidente do Sindileite/SC Selvino Giesel

# Aniversariantes da Semana: 11/09 a 19/09/2025



Anacleta Martins, 11/09



Luana Ratti, 14/09



Evandra Schmietke Dias, 16/09 (festa em boa companhia)



Eliane Macagnan, 12/09



Marilize Radin Frattini, 15/09



Andressa Costabeber, 16/09



Thaila Matos, 17/09



Mariane Baldissera, 13/09



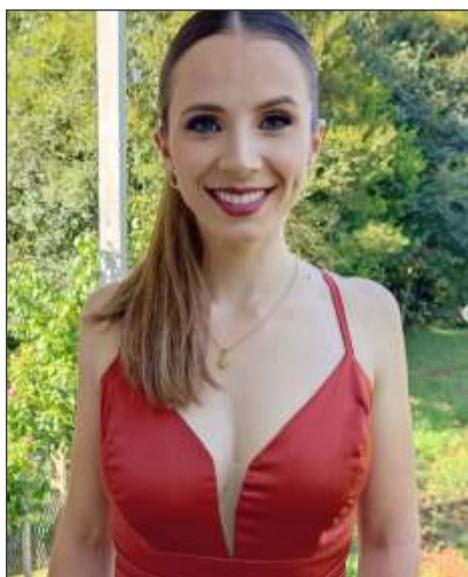
Paula de Jesus, 15/09



Bruna Pivetta, 16/09



Joana Paganini, 18/09



Laís Bruna Verona, 13/09



Daiane Lorini, 16/09



Daiana Severgnini, 17/09



Bia Colombo, 19/09

# SCGÁS: REDUÇÃO DE TARIFA E NOVOS INVESTIMENTOS

DIVULGAÇÃO SCGAS

O presidente da SCGÁS, Otmar Muller, avaliou o desempenho da companhia no primeiro semestre de 2025, destacou conquistas e apresentou perspectivas para os próximos meses

A Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) encerrou o primeiro semestre de 2025 com redução de tarifas, ampliação de clientes e novos investimentos em infraestrutura. Em entrevista à Rede Catarinense de Notícias, o presidente da empresa, Otmar Muller, avaliou o desempenho da distribuidora, destacou ações já concluídas e apresentou

as perspectivas para os próximos meses.

Segundo Muller, a principal conquista do período foi a redução média de 7,15% nas tarifas do gás natural em Santa Catarina, aprovada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc). A queda foi influenciada pelo recuo no preço do petróleo no mercado internacional, valorização cambial e redução dos custos de distribuição. “Mais barato vende mais e, com maior venda, mais barato fica”, afirmou.

## Investimentos

A SCGÁS chegou a julho com mais de 32 mil consumidores atendidos, incluindo 31,2 mil residenciais, 370 indústrias, 127 postos de GNV e 380

comércios. O orçamento da companhia prevê R\$ 103 milhões em investimentos para 2025, com foco na infraestrutura e segurança energética. Um dos principais projetos em andamento é a Estação de Transferência de Custódia em Siderópolis, o décimo ponto de entrega do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) no estado

Com capacidade de 1,8 milhão de metros cúbicos por dia, a estação deve aumentar em 150% o fornecimento de gás para o Sul catarinense. A previsão é que a obra seja concluída até dezembro de 2025.

A companhia também encerrou o semestre com a inauguração de sua primeira usina solar, em Tijucas. O projeto, com 202 painéis fotovoltaicos

e investimento de R\$ 475 mil, deve gerar 146 mil kWh por ano, reduzindo em até 65% os custos de energia elétrica da regional e beneficiando 40 unidades consumidoras vinculadas.

Outro ponto destacado foi a rápida adesão ao mercado livre de gás natural em Santa Catarina e a atualização do Plano de Gestão Ambiental, que prevê o plantio de 28.350 árvores nativas.

## Interiorização

Entre as ações de interiorização, a SCGÁS abriu chamada pública para avaliar a criação de uma rede local em São Lourenço do Oeste, nos moldes do projeto implantado em Lages após investimentos de mais de R\$ 350



Otmar Muller comemorou a expansão da infraestrutura, o avanço do mercado livre e ações de sustentabilidade

milhões. Outra iniciativa em andamento é o Projeto Planalto Norte (PPN), que busca ampliar o fornecimento no interior do estado.

## Perspectivas

A meta da SCGÁS para 2025 é superar 34 mil clientes residenciais. Apenas no primeiro semestre, foram registradas mais

de 1.900 novas conexões, mantendo o ritmo esperado para alcançar o objetivo. Com 25 anos de operação, a SCGÁS possui hoje mais de 1.635 quilômetros de rede implantados, atendendo 73 municípios e 67% da população catarinense, o que a coloca entre as maiores distribuidoras do país em extensão e cobertura.

## Presença feminina no cooperativismo é celebrada em encontro estadual

O governador Jorginho Mello e a vice-governadora Marilisa Boehm participaram, na terça-feira (9), da abertura do 20º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, promovido pelo Sescop/SC em Florianópolis

Em dois dias de programação, o evento reuniu cerca de 1.300 mulheres de 48 cooperativas para celebrar duas décadas de história e conquistas.

“O cooperativismo de Santa Catarina é um modelo que deu certo. É uma força extraordinária, e coordenado por mulheres será ainda melhor. O

nosso estado é empreendedor, e isso é extraordinário”, afirmou Jorginho Mello.

## Protagonismo

Com o tema “Raízes fortes, asas livres”, o encontro destaca o protagonismo feminino no cooperativismo. Para a vice-governadora, o evento confirma “a força das catarinenses, que atuam com determinação em todos os setores da sociedade, inclusive no cooperativismo, área vital da economia”.

O secretário da Agricultura e Pecuária, Carlos

Chiodini, ressaltou que a celebração ocorre em um momento simbólico: o Ano Internacional das Cooperativas, reconhecido pela ONU.

O presidente do conselho do Sescop/SC, Vannir Zanatta, destacou a importância da presença do governador e da vice, lembrando que havia mais de dez anos que um chefe do Executivo estadual não participava da solenidade. “É o primeiro encontro com governador e vice juntos. Cooperar é cultural em Santa Catarina, e este evento reflete isso”, afirmou.

**Parceria sempre ao lado de quem move a economia.**

Do fortalecimento de pequenos negócios ao apoio a grandes projetos, o BRDE impulsiona o setor de serviços com crédito, inovação e parceria de verdade. Porque estar um passo à frente é também estar sempre ao lado de quem faz a economia girar.

brde.com.br

**BRDE** CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.

**NÃO ENCONTRA O PROFISSIONAL CERTO PRA VAGA?**

Anuncie a vaga em **TRABALHE NA INDÚSTRIA. COM.BR**

Anuncie gr **FIESC**

FIESC, SESI, SENAI, IEL E CIESC

# Efeitos do tarifaço são distintos entre regiões de SC, mostra estudo da FIESC

Municípios com menor diversificação industrial estão mais vulneráveis; regiões onde madeira e móveis puxam economia terão impactos mais significativos

Para medir o impacto da aplicação das tarifas de 50% pelo governo dos Estados Unidos sobre a economia de Santa Catarina, a Federação das Indústrias (FIESC) elaborou um estudo mapeando possíveis cenários de redução de exportações, para curto e longo prazos. A nota técnica da entidade mostra que a região Serrana de SC seria a mais afetada pelo tarifaço de Trump em qualquer cenário.

“A FIESC lançou o programa desTarifaço, para apoiar a indústria exportadora afetada, com diversas iniciativas de nossas entidades. Uma das frentes é a produção de informações para a tomada de decisão pelas empresas, pelo poder público e pela própria Federação”, explica o presidente da entidade, Gilberto Seleme.

O economista-chefe da FIESC, Pablo Bittencourt, explica que os efeitos da sobretaxa aos produtos brasileiros serão mais proeminentes e agudos em regiões e municípios economicamente menos diversificados e com alta exposição ao mercado americano. “Mesmo no cenário mais otimista com que trabalhamos, estimamos queda de 0,53% no PIB da região Serrana, dada a menor diversificação industrial e a forte especialização na produção madeireira, majoritariamente destinada aos EUA”, explica. Diante do forte impacto, mesmo no curto prazo (1-2 anos), uma das consequências esperadas é a aceleração da estagnação econômica e a migração populacional, especialmente para o litoral, padrão já observado em

décadas recentes.

Além do cenário “mais otimista”, de redução de 30% das exportações, o estudo considera outros dois cenários, de redução de 50% e 70% nas vendas externas para os EUA, situações que podem ocorrer caso a economia americana entre em prolongada estagnação ou crise. Cada cenário foi avaliado com a manutenção das tarifas por um a dois anos (curto prazo), mas também para dois a quatro anos (longo prazo). A queda de 70% das exportações para os EUA teria impacto de mais de 100 mil empregos no longo prazo, por exemplo.

A mesorregião Norte seria a segunda mais afetada, com redução de 0,30% do PIB no cenário mais provável, segundo a nota técnica. Bittencourt explica que, embora abrigue municípios afetados por setores vulneráveis e com diversificação semelhante à Serrana, o Norte demonstra impactos

ligeiramente menores. “A presença de centros industriais mais diversificados, como Joinville e Jaraguá do Sul, devem amortecer o impacto à mesorregião como um todo”, salienta.

A terceira região mais impactada, com recuo de 0,25% do PIB, seria a Oeste, seguida pela mesorregião do Vale do Itajaí (-0,22%) e do Sul, com queda de 0,17%. A projeção do cenário aponta que, no período entre 1 e 2 anos de redução das exportações para os EUA, a Grande Florianópolis não deve observar queda do PIB. A situação da Capital e arredores, no entanto, se agrava no longo prazo (2-4 anos), quando a mesorregião pode perder 0,99% do PIB por conta do efeito cascata em setores como comércio e serviços.

## Impactos no PIB e empregos em SC

A nota técnica destaca ainda que - considerando o cenário de queda de 30% das exportações para os

EUA no período de 1 a 2 anos - o estado teria um recuo de R\$ 1,2 bilhão no PIB, com a perda de cerca de 20 mil empregos e de R\$ 171,9 milhões na arrecadação de ICMS.

Ao avaliar os reflexos do tarifaço nos municípios de SC, o estudo da FIESC mostra que Saleté tem potencial para ser o mais afetado, considerando o cenário mais provável. O fato de a cidade ter alto nível de desenvolvimento (medido por indicador da Firjan) pode minimizar os efeitos. Já o segundo e terceiro municípios com maior impacto potencial - Capão Alto e Itá - contam com baixo nível de desenvolvimento. Benedito Novo e Caçador, 4º e 5º no ranking, estão classificados com alto nível de desenvolvimento municipal.

Bittencourt explica que o indicador da Firjan atua como um “multiplicador para os efeitos negativos em municípios menos desenvolvidos e como um atenuador para aqueles com

estruturas mais robustas, e é uma variável crítica a ser considerada para o planejamento de políticas públicas e estratégias de recuperação e diversificação regional.”

## Cenários

A nota técnica da Federação industrial também analisou outros cenários: o de consequências severas, com a redução das exportações para os EUA em 50% tanto no período de 1 a 2 anos como no longo prazo (2-4 anos), e o de colapso. Este último projeta queda de 70% das exportações para o mercado norte-americano, também no curto e longo prazos.

O economista-chefe da FIESC destaca que nessas duas projeções, os cenários seriam reflexos da piora das condições de demanda nos EUA. No severo, a economia norte-americana apresenta estagnação, enquanto no cenário de colapso, a situação é marcada por crise aguda nos EUA.



Cenário mais provável aponta recuo de R\$ 1,2 bilhão no PIB de SC, perda de 20 mil empregos e de R\$ 171,9 milhões no ICMS (Fotos: ASCOM Fiesc)



## Mulher: a nova realidade do cooperativismo

Por Vanir Zanatta

O cooperativismo catarinense alcançou um patamar de maturidade que se reflete na pluralidade de vozes que o compõem. Entre essas vozes, a participação feminina vem se consolidando como um dos pilares mais significativos de renovação e fortalecimento do movimento. O ingresso das mulheres nas cooperativas deixou de ser uma novidade para se tornar uma realidade presente em todos os ramos, com impacto social, econômico e cultural. Hoje, elas ocupam posições estratégicas, participam das assembleias, integram comitês e conselhos, lideram projetos, assumem responsabilidades diretas e, em muitas situações, já presidem cooperativas. Esse processo, que se intensifica a cada ano, não é resultado de concessões, mas da competência, da perseverança e da contribuição efetiva que as mulheres oferecem para o desenvolvimento do setor.

A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), ciente desse protagonismo, estimula e apoia de forma permanente a presença feminina. Exemplo disso é o Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, promovido anualmente pela entidade com patrocínio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo em Santa Catarina (SESCOOP/SC). Em 2025, o evento completou duas décadas de trajetória e reuniu mais de 1.200 mulheres de 48 cooperativas. O tema escolhido, “Raízes fortes, asas livres”, simboliza a capacidade de manter os princípios do cooperativismo como base sólida e, ao mesmo tempo, projetar novas perspectivas, sonhos e realizações. A programação comemorativa incluiu palestras, apresentações artísticas e culturais, momentos de integração e trocas de experiências, reforçando o espírito de união e aprendizado mútuo.

Ao longo desses vinte anos, o Encontro consolidou-se como espaço de formação, diálogo e valorização. Mais do que uma agenda anual, tornou-se instrumento de transformação social, onde a mulher encontra inspiração para assumir responsabilidades e coragem para expandir horizontes. Essa trajetória é fruto da compreensão de que o cooperativismo não pode prescindir

do talento e da visão feminina, pois a diversidade de ideias e práticas é essencial para o crescimento sustentável. Em cada atividade realizada, seja em cursos, treinamentos, dias de campo ou grupos de estudo, a presença feminina tem acrescentado dinamismo, objetividade e novas perspectivas, ampliando a produtividade e a eficiência das organizações.

As cooperativas, por natureza, são organismos vivos, em constante adaptação às transformações da sociedade. A inserção crescente das mulheres nesse ambiente não é apenas reflexo de mudanças culturais, mas também uma exigência do próprio tempo, no qual a participação feminina em todas as esferas da vida social e econômica tornou-se irreversível. Ao ocupar espaços antes restritos, elas trouxeram sensibilidade, pragmatismo e espírito inovador, qualidades que se somam à tradição cooperativista e elevam o nível de excelência das instituições.

O reconhecimento social dessa atuação é inequívoco. Eleva a autoestima das participantes e gera efeitos positivos nas comunidades em que vivem, pois cada conquista individual reverbera coletivamente. As mulheres cooperativistas não apenas transformaram o perfil das organizações, mas também inspiraram novas gerações a acreditar no cooperativismo como caminho para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo. Essa contribuição, justa e necessária, fortalece a base democrática do sistema e projeta confiança em seu futuro.

Santa Catarina já colhe os frutos dessa evolução. Dirigentes e cooperados têm consciência de que a valorização do papel feminino não é uma concessão, mas uma condição indispensável para a vitalidade do movimento. As mulheres demonstram diariamente que o êxito nasce da dedicação, da disciplina, da capacidade de aprender e da habilidade de adaptação. Ao unir tradição e inovação, elas têm conduzido cooperativas ao desenvolvimento com segurança, equilíbrio e visão de futuro.

\* **Vanir Zanatta, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).**



## Guerra aos javalis

Por José Zeferino Pedrozo\*

Desde 2010 uma praga infesta a maioria dos municípios de Santa Catarina: o javali. Uma crescente e descontrolada população desses animais está atacando propriedades rurais e destruindo plantações em todas as regiões catarinenses e, notadamente, na serra e no meio oeste, causando pesadas perdas aos produtores e criadores. Além de danificar plantações, os javalis são agressivos e significam um risco às pessoas.

Os números dão uma ideia da dimensão do problema. De 2019 a 2024 foram abatidos mais de 120 mil javalis em território barriga-verde e, ainda assim, estima-se que existam atualmente mais de 200 mil animais espalhados por 236 municípios.

A maior parte dos javalis habita o entorno do município de Lages, na serra catarinense, e o Parque Nacional das Araucárias formado por 12.841 hectares que ocupa parte do território dos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, no meio-oeste. Quando o alimento escasseia nesse habitat, esses animais migram para as propriedades rurais dos municípios da serra, do meio-oeste e do oeste, onde atacam as lavouras, principalmente milho, feijão, soja, trigo, pastagens, hortas e até criatórios de aves e suínos. Numa noite, destroem completamente vários hectares cultivados.

A Lei nº 18.817/2023, sancionada pelo governador Jorginho Mello, autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu (sus scrofa), mas a maioria dos produtores não está abatendo os animais e prefere chamar a Polícia Militar Ambiental porque, além de uma série de requisitos e procedimentos para o abate, a tarefa é perigosa. Com frequência os javalis matam os cães de caça e investem com ferocidade contra os caçadores.

Essa situação está quase fora de controle. Esse problema surgiu em 2010 na região do planalto catarinense, quando, atendendo apelo da FAESC, a Secretaria da Agricultura declarou o javali sus scrofa nocivo à agricultura catarinense e autorizou seu abate por tempo indeterminado, objetivando o controle populacional. A decisão está de acordo com a instrução normativa 141/2006 do Ibama que regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

Os javalis que aterrorizam o território barriga-verde são da espécie exótica invasora sus scrofa, que provoca elevados prejuízos às

lavouras. Vivem em varas (bandos) de até 50 indivíduos. São consideradas espécies “exóticas” (portanto, não protegidas por leis ambientais), porque cruzam com porcos domésticos e até outros animais selvagens, como porco de mato, o que gera filhos conhecidos com “javaporcos”. As fêmeas produzem em média duas ninhadas por ano e uma média de oito filhotes em cada uma. Por isso, o controle se torna difícil. O macho adulto pesa entre 150 e 200 quilos e a fêmea entre 50 e 100 quilos. Os javalis vieram do Rio Grande do Sul e se tornaram uma presença mortal em Santa Catarina.

Apenas profissionais caçadores registrados e licenciados podem fazer o abate dos animais. O problema é que existem poucas equipes para o abate de muitos animais. Os javalis podem transmitir doenças economicamente graves como a peste suína africana (PSA), peste suína clássica (PSC) e febre aftosa. Por isso, não se recomenda o consumo da carne dos javalis abatidos.

Eventual contaminação dos plantéis comerciais de suínos traria enormes prejuízos para a cadeia produtiva e colocaria em risco os negócios dos produtores rurais e a estabilidade do imenso parque agroindustrial. Apesar de ocupar apenas 1,12% do território nacional, o Estado é o maior produtor e exportador de suínos do Brasil, o segundo maior produtor de frangos e o terceiro maior de leite, além de destacar-se em diversas outras culturas.

A questão chamou a atenção do parlamento e, nesta semana, uma audiência pública na Câmara dos Deputados discutiu o controle da população de javalis no Brasil. Evidenciaram-se as dificuldades enfrentadas pelos controladores na obtenção de licenças, a demora na emissão de documentos — como guias de tráfego e autorizações de caça — e a excessiva burocracia do sistema nacional.

A praga dos javalis é uma questão que não interessa apenas ao agronegócio, mas a toda a sociedade brasileira, razão pela qual deve ser prioridade de todas as esferas da Administração Pública para preservar a economia, garantir a segurança sanitária e evitar acidentes no meio rural.

\***José Zeferino Pedrozo, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)**

# Entidades renovam parceria do Programa Novos Caminhos por cinco anos e lançam sistema de dados

*Acordos firmados no TJSC ampliam alcance do programa e fortalecem acompanhamento de jovens*

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) sediou nesta terça-feira, 9 de setembro, a cerimônia que renova as parcerias do Programa Novos Caminhos. O acordo firmado com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), a Associação dos Magistrados Catarienses (AMC) e outras entidades garante a continuidade da iniciativa por mais cinco anos.

Pelo documento, as instituições se comprometeram a manter as ações em quatro eixos: educação básica, superior e profissional; vida saudável; empregabilidade; e parcerias para oferta de atividades complementares. Além disso, o termo possibilita a entrada de novos parceiros por meio de termo de adesão. Antes, para que um novo parceiro ingressasse, era necessário o aval de todos os demais; agora basta a assinatura do interessado com o TJSC.

Além da renovação do termo principal, também foi assinado um acordo entre TJ, FIESC e AMC para criação de um sistema de dados do programa. A plataforma, conforme os idealizadores, permitirá gestão integrada das informações dos beneficiários, monitoramento dos resultados das ações nos eixos de atuação, transparência nos processos e governança de dados com segurança.

O 1º vice-presidente do TJSC, desembargador Cid José Goulart Junior, destacou que o êxito do Programa Novos Caminhos vai além de instituições, empresas ou governos, pois nasceu de um sentimento humano coletivo. “Um programa como esse dá a solução. E o que a nossa sociedade precisa é de soluções”, afirmou.

Para o magistrado, a iniciativa mostra que Santa Catarina não é exemplo apenas por sua capacidade industrial e comercial, mas também por suas grandes ideias e valores humanos. “Essa é uma luta suprapartidária, de coração aberto, é a luta pelo próximo”, disse. O magistrado ainda ressaltou o desejo de que “o programa continue firme ao longo de várias décadas, enquanto se fizer necessário numa sociedade tão desigual quanto a sociedade brasileira”.

## Autonomia e dignidade

Após a assinatura dos acordos, a desembargadora Rosane Portella Wolff, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CEIJ), disse que a cerimônia representa um marco na trajetória de inclusão, autonomia e dignidade de crianças e jovens em situação de acolhimento no Estado. “O Programa Novos Caminhos é uma ponte entre o acolhimento e a construção de uma vida autônoma e digna”,

afirmou.

Segundo ela, o ato vai muito além de uma formalidade, porque traduz a união de instituições que oferecem não apenas expertise técnica, mas também sensibilidade social e visão estratégica. “A renovação do acordo é a reafirmação de um compromisso coletivo por um futuro mais justo, inclusivo e promissor”, acrescentou.

O presidente da FIESC, Gilberto Seleme, recordou o lançamento do Programa Novos Caminhos, ainda sob a presidência de Glauco José Côrte. Destacou os protocolos firmados para assegurar empregabilidade aos jovens, a atuação do Senai na qualificação profissional e o suporte do Sesi e do Senar em áreas como saúde e agricultura. “A sociedade inteira se engajou nessa missão”, ressaltou.

A juíza de direito Daniela Dias Morelli, representante da AMC, ressaltou a importância do Novos Caminhos como instrumento de transformação social. “O Programa Novos Caminhos é um sucesso há 12 anos porque ele dá visibilidade para as nossas crianças e nossos adolescentes”, afirmou. Segundo ela, a iniciativa rompe ciclos de violência e negligência ao permitir que os jovens sejam vistos não apenas pelas instituições de justiça, mas também pelo empresariado



e pela sociedade como um todo.

## Nove mil histórias

Criado em 2013 pelo TJSC em parceria com a AMC e a FIESC, o Programa Novos Caminhos atende crianças e adolescentes acolhidos em Santa Catarina, oferecendo oportunidades de educação, saúde e preparação para o mercado de trabalho. Para adolescentes a partir de 14 anos, são promovidos cursos de profissionalização e encaminhamento para vagas de emprego. Já os mais jovens participam de ações de apoio à saúde, educação e bem-estar em contraturno escolar.

Desde a criação, o Novos Caminhos já atendeu 9,2 mil crianças, adolescentes e jovens. Viabilizou 16,5 mil

matrículas em educação básica e cursos profissionais e encaminhou 2 mil jovens ao mercado de trabalho, incluindo vagas com carteira assinada, estágios e programas de aprendizagem industrial. O programa deu tão certo que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) levou a iniciativa para todos os estados do Brasil.

A cerimônia foi acompanhada por João, atendido pelo Novos Caminhos e atualmente estagiário da Fundação Esag. Além dos citados, ocuparam lugar de destaque na cerimônia Juliano Mandelli, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC); Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes, coordenador do Centro de Apoio Operacional da

Infância, Juventude e Educação do Ministério Público de Santa Catarina; e Fabiano Battisti Archer, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/SC).

Também em lugar de destaque estiveram André Sobieraski dos Santos, presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM); Carlos Tramontim, presidente do Conselho Administrativo da Fundação Esag; Gilmar Antônio Zanluqui, superintendente do Sistema FAESC/SENAR; Luiz Carlos Floriani, presidente do Conselho de Administração do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE/SC); e Glauco José Côrte, presidente do Conselho de Administração da Celesc. **Fonte: NCI/Assessoria de Imprensa**



# PMSC abre 484 vagas para agentes temporários, inclusive em Herval d'Oeste

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) abriu, na terça-feira, 9, o processo seletivo para a contratação de 484 agentes para atuar no Serviço Auxiliar Temporário da corporação. Dentre as vagas disponibilizadas, 25 serão para Pessoas Com Deficiência (PCD), haverá cadastro de reserva para preenchimento de vagas que, eventualmente, deixem de ser ocupadas.

As vagas serão distribuídas para as cidades de Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, **Herval d'Oeste**, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão, conforme edital.

As inscrições vão até o dia 28 de setembro e devem ser feitas somente por meio eletrônico. O candidato terá que registrar-se, informando um endereço de e-mail pessoal e o número de seu CPF. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem para confirmar seu registro e ativar sua conta no portal de concursos. Os principais critérios de seleção são a

EDITAL Nº 133/CCP/2025

**PROCESSO SELETIVO**

## Agente Temporário

de serviço administrativo da PMSC

484 vagas

**Auxílio Mensal**  
**R\$ 2.448,00**

**INSCRIÇÃO DE**  
**09/09/25 A 28/09/25**





**POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA**

nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a idade entre 18 e 23 anos.

O auxílio mensal será no valor bruto de R\$ 2.448,00 no primeiro ano de contrato. Caso haja renovação de contrato por interesse de

ambas as partes, o valor do auxílio indenizatório no segundo ano será de R\$ 2.604,00. O agente temporário deverá realizar um curso específico de formação, que o habilitará ao desempenho das funções.

A prestação dos serviços de

atendimento telefônico nas Centrais de Emergência, nas Centrais de Videomonitoramento e de auxiliar nas funções administrativas se dará em turnos de serviço ou expediente, totalizando 40 horas semanais.

## Fornecimento de armas a peritos da Polícia Científica é decisão do Executivo, diz TJSC

**Decisão ressaltou que porte é permitido, mas entrega de armas depende de política pública**

A 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) rejeitou mandado de segurança coletivo que buscava obrigar o governo estadual a fornecer armas de fogo aos integrantes da Polícia Científica. A decisão destacou que, embora esses profissionais tenham direito ao porte de arma, a entrega do armamento pelo poder público não é automática, mas uma escolha administrativa

do Executivo.

O sindicato responsável pela ação alegava que o Estado foi omissivo, pois, em situações anteriores, havia concedido termos de acautelamento de armas a membros da categoria. A defesa sustentava que essa prática configura um direito reconhecido administrativamente.

O relator esclareceu que o pedido não tratava do direito ao porte de arma, mas da obrigação de fornecimento do armamento. Para o desembargador, esse tipo de decisão integra o espaço de discricionariedade

administrativa.

“O ponto não é definir o porte de arma, mas o dever de a autoridade fornecer a ferramenta. Vejo, todavia, que se está diante de poder discricionário. Reforço que o arcabouço legal trazido pelo impetrante é no sentido de ser possível o porte e o acautelamento pelos policiais científicos, em nenhum momento se evidenciando dever de fornecimento das armas de fogo pelo poder público”, destacou.

O relator também alertou para os limites da atuação judicial sobre escolhas de política pública.



Segundo o magistrado, impor judicialmente a entrega de armas poderia gerar desequilíbrio orçamentário, com impacto negativo em outras áreas prioritárias. Ressaltou

ainda que a intervenção do Judiciário só se justifica em casos de omissão extrema ou abusiva, que desrespeitassem valores constitucionais

de forma evidente.

Com esse entendimento, o relator negou a segurança, em voto seguido de forma unânime pelos demais integrantes do colegiado.

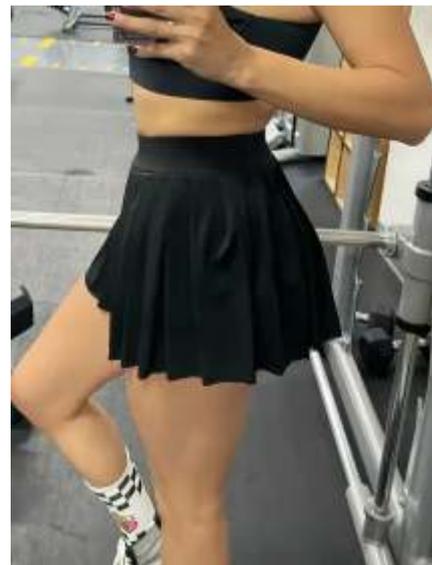
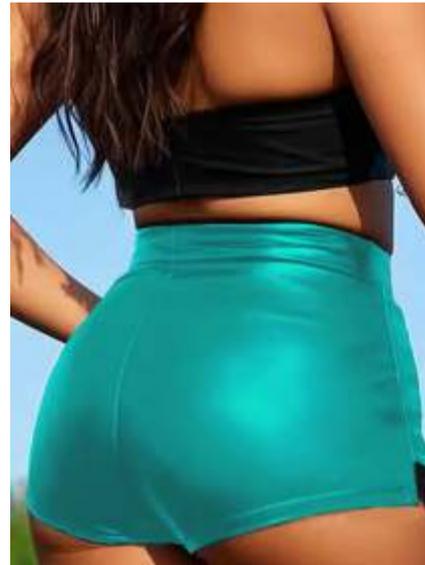
# Moda: Pronta para a Primavera/Verão

Por Piúcha Carla/Florianópolis



*Novo Top de Moda Feminino com zíper, Macacão/Macaquinho*

*Macacão Fem.Slim-Fit Sem Mangas com zíper e Levanta-Bumbum*



*Shorts Femininos com Renda Sensuais*

*Saia esportiva plissada para mulheres, perfeita para tênis e golfe*

# "Nossa Torcida é pela Paz": MPSC, CNPG, Federação Catarinense de Futebol e clubes catarinenses juntos pela paz nos estádios

Na terça-feira, ao meio-dia, todos os clubes divulgaram um card com a mensagem da campanha como forma de incentivo e apoio no combate à violência. A noite, no início do clássico Figueirense e Avaí, uma faixa com o mote "Nossa torcida é pela paz" esteve no campo na entrada com os jogadores como uma das ações da campanha. Durante a Copa Santa Catarina, será possível acompanhar posts e vídeos nas redes sociais do MPSC.

O pontapé inicial da campanha "Nossa torcida é pela paz" foi na manhã de terça-feira (9/9), durante uma entrevista coletiva na sede do MPSC, em Florianópolis. Promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) com o apoio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e a Federação Catarinense de Futebol (FCF), a iniciativa tem como proposta engajar torcedores, clubes e toda a comunidade esportiva no combate à violência e na promoção de segurança e respeito nos estádios.

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Andrey Cunha Amorim, abriu a coletiva destacando que o objetivo é fazer com que o torcedor tenha a certeza de que o estádio de futebol é um ambiente seguro e de alegria. "Esta campanha tem o foco na prevenção. Queremos que as famílias que vão ali para assistir um jogo de futebol tenham a segurança de que retornaram para casa exatamente como chegaram, sem atos de violência", disse.

O Vice-Presidente da Federação Catarinense de Futebol, Carlos Fernando Crispim, reforçou a importância da união de esforços. "É uma campanha que nós todos temos que abraçar. E a imprensa também. É fundamental nós



propagarmos essa campanha que está sendo lançada hoje. É importante essa campanha continuar. A paz nos estádios é necessária. Nós não podemos mais aceitar nem admitir esses embates que estão acontecendo nas arquibancadas", afirmou.

O Procurador Jurídico da Federação Catarinense de Futebol, Rodrigo Goeldner Capella, falou sobre a parceria entre o MPSC e a FCF. "É com muita satisfação que nós voltamos ao Ministério Público para mais uma parceria, agora não de repressão, mas de prevenção. Os 16 clubes integrantes da Copa Santa Catarina estão engajados efetivamente nessa campanha, muito bem coordenada pelo Ministério Público. Esta iniciativa será de grande sucesso e conclamamos a todos os torcedores que venham a apoiar a campanha do Ministério Público do Estado de Santa Catarina".

O presidente do Avaí, Júlio César Heerdt, e o Diretor de Comunicação e Marketing do Figueirense, John Leo, representaram os times de Santa Catarina na

coletiva. Heerdt ressaltou que "nós temos que conscientizar as nossas torcidas, tanto a do Avaí e do Figueirense, como as torcidas dos demais clubes de Santa Catarina, que a nossa briga é dentro de campo e lutando pelos nossos limites, pela nossa excelência, e não pela destruição de um ou do outro". O Diretor de Comunicação e Marketing do Figueirense reforçou. "O Ministério Público montou essa campanha junto com a Federação Catarinense, mas é uma campanha do futebol de Santa Catarina. Somos um estado de excelência em tantas áreas. Podemos ser uma referência no Brasil nessa questão de comportamento do público dentro do estádio e de torcidas se relacionando no lado de fora também", disse.

Hoje, no início do clássico Figueirense e Avaí, uma faixa com o mote "Nossa torcida é pela paz" estará no campo como uma das ações da campanha.

#### Atuação do MPSC e origem da campanha

A Coordenadora do

Centro de Apoio do Consumidor, Promotora de Justiça Aline Restel Trennepohl, reforçou que o Ministério Público tem a obrigação constitucional de defender a segurança e saúde dos consumidores, e isso inclui os torcedores de eventos esportivos.

Além de campanhas de conscientização como a que lançamos hoje, Santa Catarina tem dois termos de ajustamento de conduta em vigor. "O primeiro deles tem a finalidade de atacar a segurança estrutural dos espaços onde as partidas são desenvolvidas. E o segundo é voltado a evitar a violência nos estádios. Por meio do nosso TAC contra a violência nos estádios, a gente tem a ideia de, através da previsão de obrigações claras para as torcidas organizadas e para os clubes, estimular até que as próprias torcidas organizadas retirem do seu meio esses torcedores mal intencionados", explicou. "E com essa campanha queremos plantar a semente de uma cultura de paz nos estádios para a atual e para as futuras gerações", afirmou a

Promotora de Justiça.

A campanha nasceu no grupo de Trabalho de Campanha Compartilhada do GNCOM, vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPG). A demanda surgiu a partir das Promotorias de Justiça com atuação na área do Consumidor de todo o país. Em Santa Catarina, teve início na 29ª Promotoria de Justiça de Florianópolis, à época conduzida pelo Promotor de Justiça Wilson Paulo Mendonça Neto.

#### Sobre a Campanha

As peças serão veiculadas durante toda a Copa Santa Catarina, nos perfis das redes sociais do MPSC e dos clubes participantes da competição. A partir de depoimentos reais de torcedores, o MPSC divulgará em suas redes sociais vídeos com depoimentos que retratam a paixão, a alegria e a união de quem frequenta os estádios em Santa Catarina.

Na terça-feira, ao meio-dia, todos os clubes divulgaram um card com a mensagem da campanha como forma de

incentivo e apoio no combate à violência.

A campanha foi desenvolvida pela Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC. Criciúma, Joinville, Avaí, Figueirense, Chapecoense, Marcílio Dias, Brusque e Barra cederam imagens para os vídeos. Torcedores gravaram os depoimentos de forma voluntária. O narrador esportivo Sérgio Murilo e o apresentador Silvio Lodi (que fez a locução da campanha) também contribuíram de forma voluntária.

#### Campanha será compartilhada em todo o país

A proposta da campanha "Nossa torcida é pela paz" vai muito além da Copa Santa Catarina. Por meio do Grupo Nacional de Comunicação do CNPG, a campanha poderá ser utilizada por outras unidades do Ministério Público brasileiro. As peças poderão ser adaptadas por depoimentos dos times dos estados.

**Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC**

# Alesc celebra os 50 anos da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina

## Sessão especial homenageou a trajetória da Fecoagro e celebrou o impacto do cooperativismo no agronegócio catarinense

Os 50 anos da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro) foram celebrados pelo Parlamento catarinense em sessão especial na noite desta segunda-feira (8) no Palácio Barriga Verde, na Capital. Vinte e seis personalidades, entre pessoas e instituições parceiras, foram homenageadas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina. A iniciativa foi proposta pelo deputado Antídio Lunelli (MDB) e contou com a aprovação unânime de todos os 40 parlamentares da Casa.

Na solenidade, que reuniu autoridades, representantes do agro catarinense, familiares e amigos, estiveram presentes além do proponente, deputado Lunelli, o presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento, deputado Altair Silva (PP), os deputados José Milton Scheffer (PP), Fabiano da Luz (PT), Mauro De Nadal (MDB), o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Herneus De Nadal, o presidente do Fecoagro, Arno Pandolfo, o presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Vanir Zanatta, o secretário estadual da Agricultura, Carlos Chiodini, entre outras lideranças.

### Referência nacional

Para o deputado Lunelli, a entidade é patrimônio do cooperativismo catarinense e brasileiro. “Há 50 anos a Fecoagro trabalha pela união das cooperativas, o que consolidou sua atuação e a tornou referência nacional e um modelo a ser seguido”, pontuou destacando que a entidade tem papel fundamental para o agronegócio catarinense.

Criada em 1975, a Fecoagro consolidou-se como referência nacional em integração e intercooperação entre cooperativas agropecuárias, sendo um braço econômico e político de representação

do setor. Ao longo de sua trajetória, a entidade tem se notabilizado pelo trabalho em defesa do cooperativismo, pelo estímulo à união das cooperativas e pela promoção de boas práticas de gestão e governança.

### Soma de muitas mãos

Para o vice-presidente da Fecoagro e presidente da Ocesc, Vanir Zanatta, que falou em nome dos homenageados, a honraria é motivo de orgulho e de distinção. “Hoje o cooperativismo está em festa em Santa Catarina, porque essa homenagem de 50 anos nos honra e engrandece”, admitiu.

Para ele, entre as razões de Santa Catarina ter uma das economias mais fortes do Brasil está o seu diversificado e competitivo setor cooperativista, que em 2023 faturou R\$ 85,9 bilhões e chegou a 4,2 milhões de associados. “O setor é uma potência para a economia do estado porque trabalha muito, com ética e governança”, disse Vanir Zanatta. Para ele, graças à união por meio de cooperativas, mais de 80 mil produtores rurais do estado e outros estados são exportadores de proteína animal de alto padrão para o mundo.

### Em festa

Sua fala foi atestada pelo presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo, que destacou a satisfação da entidade em receber essa honraria. “O cooperativismo está em festa. Estamos muito felizes com essa celebração que marca os 50 anos da luta de um setor que é reconhecido como uma das principais molas propulsoras da economia catarinense”, afirmou. Para ele, a distinção do Parlamento é emblemática. “Simboliza a soma de muitas mãos que se unem para o desenvolvimento econômico e social dos catarinenses”, disse.

### A importância da Fecoagro em números

Dados da própria Fecoagro

mostram a dimensão da atuação da entidade:

- ✓ Produção de 405 mil toneladas de fertilizantes em 2024
- ✓ Meta de 430 mil toneladas em 2025
- ✓ Distribuição de 500 mil toneladas de calcário
- ✓ Distribuição de 210 mil sacas de milho para a agricultura familiar
- ✓ Investimento de R\$ 125 milhões em 2023 em programas de apoio a produtores

### Homenageados

- Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina – Fecoagro
- Presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo
- Vice-Presidente da Fecoagro, Vanir Zanatta
- Diretor- Secretário da Fecoagro – Cladis Jorge Furlanetto
- Presidente da Cooperativa Agropecuária de Lacerdópolis - Ademir Proner
- Presidente da Cooperativa Regional Auriverde - Cláudio Post
- Presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil) – Harry Dorrow
- Presidente da Cooperativa Agropecuária Camponovense (Coocam) - João Carlos Di Domenico
- Presidente da Cooperativa A1 de Palmitos – Lauri Slomski
- Presidente da Cooperativa Agropecuária Videirense – Coopervil – Luiz Vicente Suzin
- Presidente Cooperativa Central Aurora Alimentos - Aurora Coop - Neivor Canton
- Presidente da Cooperativa Agroindustrial Alfa – Cooperalfa – Romeo Bet
- Presidente da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copédia-Vanduir Martini
- Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária – Carlos Chiodini
- Presidente da Epagri – Dirceu Leite
- Presidente da Cidasc – Celles de Mattos
- Ex-deputado estadual Moacir Sopelsa



Em nome da Alesc, deputado Antídio Lunelli entrega placa celebrativa a Arno Pandolfo, presidente da Fecoagro. Foto: Bruno Collaço / Agência AL

- Ex-deputado federal Odacir Zonta
- Ex-deputado estadual Reno Caramori
- Presidente da Faesc – José Zeferino Pedroso
- Presidente da Fetaesc –

- José Walter Dresch
- Presidente da Ocesc – Vanir Zanatta
- Presidente da Cooperativa Central de Crédito de SC e RS – Rui Schneider da Silva

- Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul – Cleverton Elias Vieira
- Presidente do Sindileite/SC Selvino Giesel

acompanhe e participe pelas redes sociais



# “Juntos pela Região Oeste. Juntos com você.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Bancadas Regionais**



# AÇÃO PENAL 2668 PODERÁ SER ANULADA? VOTO DIVERGENTE DE FUX PROVOCA FRISSE

Por Luis Fernando F Costa\* (advluisfernando4219@gmail.com)

Após os votos dos Ministros ALEXANDRE DE MORAES (Relator) e do singelo voto do Ministro Flávio Dino, com pequena divergência na dosimetria das penas, chegamos ao terceiro voto, proferido pelo Ministro Luiz Fux. A expectativa pelo voto do Ministro FUX era grande, pois já havia demonstrado divergências diversas com os demais Ministros da Primeira Turma do STF. Essas divergências são salutares no meio jurídico, pois provoca reflexão nos membros do Poder Judiciário e juristas.

É certo que algumas pessoas que estiveram nos atos golpistas de 08.01.2023 forma condenadas a penas elevadas, que poderiam ter sido menos gravosas. A grande questão é que a tentativa de golpe de Estado, foi incentivada pelo ex-Presidente Bolsonaro e sua *troupe*. Incendiou os bolsonaristas mais extremistas e deu no que deu. Bolsonaro ainda ileso e cerca de 200 (duzentos) manifestantes condenados e presos há vários meses.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já responsabilizou, até 12 de agosto de 2025, 1.190 pessoas pelos atos antidemocráticos cometidos no dia 8 de janeiro de 2023. Ao todo, 638 pessoas foram julgadas e condenadas e outras 552 admitiram a prática de crimes menos graves e fizeram acordo com o Ministério Público Federal (MPF).

Dados do gabinete do relator do tema, ministro Alexandre de Moraes, mostram que das 638 condenações, 279 foram por crimes graves — tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa e deterioração de patrimônio público — e outras 359 por crimes menos graves — incitação e associação criminosa. Também foram absolvidas 10 pessoas.

Até o momento foram abertas 1.628 ações penais no STF, sendo 518 relacionadas a crimes graves e outras 1.110 por crimes menos graves. Delas, ainda estão aptas a julgamento 112 ações, que devem ser analisadas nos próximos meses, e as demais estão em fase de instrução processual. Até o momento, do total, 131 ações foram extintas por cumprimento da pena.

Neste momento, 29 pessoas estão presas preventivamente e 112 cumprem prisão definitiva, ou seja, com julgamento já encerrado e em fase de cumprimento da pena. Outras 44 pessoas — investigadas ou acusadas — estão em prisão domiciliar, com ou sem tornozeleira eletrônica.

**ACORDOS** – Já foram homologados pelo STF 552 Acordos de Não Persecução Penal (ANPP). O ANPP foi oferecido aos réus que respondiam unicamente pelos delitos de incitação ao crime e associação criminosa, considerados de menor gravidade. Eles estavam acampados em frente aos quartéis, mas não há provas de que tenham participado da tentativa de golpe de Estado, de obstrução dos Poderes da República e nem de dano ao patrimônio público.

**EXTRADIÇÃO** – O Supremo Tribunal Federal solicitou até o momento a extradição de 61 pessoas, em casos que correm neste momento sob sigilo.

A depender do Julgamento final da Ação Penal 2.668 (Bolsonaro e mais 7 réus), poderá ocorrer pedido de revisão nas ações dos manifestantes, inclusive revisão das condenações impostas.

**RÉUS EM JULGAMENTO** – No banco dos réus da 1ª turma estão figuras centrais do governo Bolsonaro. Respondem pelo plano de ruptura institucional: o ex-presidente da República Jair Bolsonaro; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid; o

deputado Alexandre Ramagem; o almirante Almir Garnier; o general Anderson Torres, o general Augusto Heleno; o general Paulo Sérgio Nogueira e o general Walter Braga Netto.

**VOTO de FUX** – Ao iniciar a leitura de seu voto, ministro Luiz Fux destacou que a missão principal do STF é a guarda da Constituição, fundamento do Estado Democrático de Direito. Segundo o ministro, a Carta de 1988 deve ser "ponto de partida, caminho e porto de chegada de todas as indagações nacionais".

O ministro frisou que a Corte não exerce juízo político, cabendo-lhe apenas afirmar "o que é constitucional ou inconstitucional, legal ou ilegal". Para isso, defendeu objetividade, rigor técnico e "minimalismo interpretativo", a fim de distinguir a função jurisdicional do papel dos agentes políticos.

Fux também ressaltou a excepcionalidade da competência penal originária do STF, que se aproxima do trabalho de juízes criminais de todo o país. Nesse contexto, reafirmou que a jurisdição criminal deve garantir o contraditório e a ampla defesa, aplicando os mesmos princípios que regem os processos nas instâncias inferiores.

"O juiz deve ter firmeza para condenar quando houver certeza e, mais importante, humildade para absolver quando houver dúvida", afirmou.

O ministro citou ainda a responsabilidade do STF como paradigma interpretativo para mais de 18 mil magistrados e ressaltou que cada decisão da Corte projeta efeitos normativos e interpretativos para todo o sistema de Justiça.

Antes de passar ao exame das preliminares da denúncia, Fux recordou ensinamento do advogado Evaristo de Moraes, segundo o qual os fatos devem se encaixar no tipo penal "como uma luva se encaixa na mão".

**INCOMPETÊNCIA DO STF** – Após a introdução principiológica, Fux passou à análise das preliminares levantadas pelas defesas, que alegam a incompetência do STF para julgar a ação penal, uma vez que nenhum dos denunciados possui prerrogativa de foro.

Segundo o ministro, o exame da competência é pressuposto fundamental para o desenvolvimento regular do processo. Citando doutrinadores como Kalamandrei, Chiovenda e José Carlos Barbosa Moreira, Fux ressaltou que a competência estabelecida pela Constituição é absoluta e inderrogável pela vontade das partes, sendo um dos pilares do Estado de Direito.

Recordou que o art. 102, I, b, da CF atribui ao STF o julgamento originário de autoridades como presidente da República, membros do Congresso e o procurador-geral da República, mas destacou que a jurisprudência da própria Corte já sofreu "inúmeras modificações" ao longo dos anos.

Fux alertou que a flexibilização desse desenho constitucional pode levar a uma "banalização da competência" e até mesmo à criação de um tribunal de exceção, algo que o constituinte buscou evitar.

No caso em análise, observou que a Corte modificou sua própria interpretação sobre competência após a prática dos fatos narrados pela PGR, o que, segundo ele, exige exame cuidadoso.

**Fux votou no sentido de reconhecer a incompetência absoluta do STF para processar a denúncia apresentada pela PGR contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete acusados.**

*Continua na 17b*



# AÇÃO PENAL 2668 PODERÁ SER ANULADA? VOTO DIVERGENTE DE FUX PROVOCA FRISSE

Por Luis Fernando F Costa\* (advluisfernando4219@gmail.com)

Segundo o ministro, a garantia do juiz natural impede que a competência seja modificada de forma casuística após a prática dos fatos, sob pena de violação à imparcialidade do julgador e à segurança jurídica. Fux destacou que, à época dos fatos narrados na denúncia (2021, 2022 e janeiro de 2023), a jurisprudência do STF era pacífica no sentido de que, cessado o cargo, cessava também a prerrogativa de foro.

O ministro citou precedentes como a AP 937, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que fixou interpretação restritiva da prerrogativa de foro, e lembrou que a Corte já chegou a anular processos inteiros por vício de competência. Para S. Exa., aplicar entendimento recente para manter o julgamento no STF ofende a segurança jurídica e o princípio republicano.

"Concluo, assim, pela incompetência absoluta do Supremo Tribunal Federal para o julgamento deste processo, na medida em que os denunciados já haviam perdido os seus cargos. E, como é sabido, em virtude da incompetência absoluta, impõe-se a nulidade de todos os atos decisórios praticados", afirmou.

**COMPETÊNCIA do PLENÁRIO** – Na sequência, ministro Luiz Fux analisou a segunda preliminar levantada pelas defesas, referente à incompetência da 1ª turma do STF para processar a ação penal.

Para S. Exa., ainda que os acusados não possuam prerrogativa de foro atualmente, a forma como o processo foi conduzido os coloca na condição de serem julgados como se presidente e ex-presidente fossem, hipótese que, segundo o art. 5º do regimento interno do Supremo, atrai a competência do Plenário.

Fux recordou que, historicamente, a competência para processar e julgar presidentes da República sempre pertenceu ao Plenário, e que as sucessivas emendas regimentais não alteraram essa atribuição.

Destacou ainda que, em 2024, a Corte julgou no Plenário a AP 1.060, envolvendo Aécio Lúcio Costa Pereira, estendendo por conexão a competência a outros réus sem prerrogativa.

"Se ali começou no Plenário, ali deveria ter sido julgado todo o processo, por conexão. O fato de processos conexos terem sido julgados no Plenário impõe o julgamento deste feito pelo órgão maior da Corte", afirmou.

Para o ministro, reduzir a competência do Plenário a uma das turmas significaria "silenciar vozes de ministros que poderiam exteriorizar sua forma de pensar sobre os fatos".

**Ao final, Fux concluiu pela incompetência absoluta da 1ª turma, declarando também, nesse ponto, a nulidade de todos os atos processuais.**

**CERCEAMENTO de DEFESA** – Fux também acolheu a preliminar referente a suposto cerceamento de defesa na ação penal. Segundo o ministro, a disponibilização tardia e desorganizada de cerca de 70 *terabytes* de dados, equivalentes a bilhões de páginas, configurou um verdadeiro "tsunami de informações" que comprometeu o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Resgatou a evolução histórica da garantia constitucional, desde a obra de Sêneca, passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição de 1988, até tratados internacionais como o Pacto de São José da Costa Rica. Também citou a súmula vinculante 14, que assegura ao defensor amplo acesso aos elementos de prova.

O ministro lembrou que apenas em abril de 2025, mais de um mês após o recebimento da denúncia e a menos de 20 dias da oitiva de testemunhas, foi concedido acesso integral às mídias apreendidas.

O envio dos arquivos às defesas ocorreu em meados de maio, poucos dias antes das audiências, em pastas sem nomenclatura adequada, dificultando a pesquisa. "Até eu, ao elaborar meu voto, senti a dificuldade de navegar nesse material", afirmou.

O ministro citou ainda o professor Gustavo Badaró, para quem houve efetiva violação da ampla defesa, e mencionou precedente da Justiça Federal de 2021, que reconheceu o cerceamento em caso de acusação acompanhada de 4 *terabytes* de dados, número muito inferior ao deste processo.

"Para exercer o seu direito à autodefesa, o acusado precisa conhecer plenamente, com a máxima profundidade, todas as provas produzidas contra si ou a seu favor. O devido processo legal vale para todos, independentemente de suas matizes ideológicas", destacou Fux.

Assim, concluiu pela procedência da preliminar de cerceamento de defesa, apontando que a disponibilização tardia e desorganizada de cerca de 70 *terabytes* de material probatório comprometeu de forma grave as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Segundo o ministro, a entrega de dados massivos sem indexação adequada e às vésperas da instrução processual inviabilizou a preparação da defesa.

Fux destacou que a própria jurisprudência do STF, consolidada na súmula vinculante 14, garante acesso integral aos elementos de prova, independentemente de sua utilidade para a acusação.

Citando precedentes do Supremo, decisões internacionais e doutrina especializada, Fux lembrou que cabe à defesa avaliar a pertinência do material, não à acusação ou à autoridade policial.

"O que pode ser indiferente para a acusação pode ser crucial para a defesa, seja para sustentar uma tese, seja para questionar a lisura da investigação", afirmou.

**Ao final, o ministro reconheceu a violação às garantias constitucionais e declarou a nulidade do processo desde o recebimento da denúncia.**

**DELAÇÃO de CID** – Na etapa de análise da delação premiada de Mauro Cid, ministro Luiz Fux reconheceu a legalidade do acordo e votou pela manutenção dos benefícios pactuados.

Fonte: MIGALHAS.COM.BR, com adaptações.

Como o voto do Ministro Fux já está com 8 (oito) horas, o resumo da explanação, além do que já foi mencionado acima, fica registrada a divergência que já absolvição dos 8 (oito) RÉUS, dos "crimes" de Organização Criminosa e danos ao Patrimônio Público, pois eles não estavam presentes, embora eles incitaram o povo a caminhar até a Praça dos Três Poderes onde os mais exaltados iniciaram a depredação, com a conivência da Polícia Militar do DF que é a responsável pela segurança externa da Esplanada dos Ministérios. Assim, haverá desdobramentos e julgamento no PLENÁRIO, com demora de um ano ou mais para a conclusão definitiva e ganha fôlego respiratório dos bolsonaristas.

**\*Analista-Tributário da Receita Federal, que é DO BRASIL, (Aposentado), Advogado42019, Perito7863, Contador8556, ProfessorLP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425DF e Ativista Social.**

# Festejo - Festival de Teatro em Joaçaba após 14 anos

Na noite de quarta-feira (10), a prefeitura de Joaçaba, por meio da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos deu início à 4ª edição do Festejo – Festival de Teatro de Joaçaba, que retorna ao cenário cultural do município e do estado após 14 anos de ausência. Logo em sua estreia, o festival mostrou a sua importância como espaço de valorização da arte e como fomentador da economia criativa, reunindo profissionais de diferentes áreas culturais, em especial do teatro. A abertura que aconteceu no Teatro Alfredo Sigwalt contou com Intervenção Poética, com Alunos do Teatro e o Espetáculo: Circo de Los Pies – La Luna Cia de Teatro.

O Secretário de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, Paulo Krause, destacou o significado do evento. A abertura mostrou a força que o Festejo tem e como a cidade estava carente desse evento. "É um marco para a cultura de Joaçaba, que volta a respirar o teatro e a se conectar com artistas de todo o estado. Estamos resgatando não só um festival, mas um espaço de expressão, de encontro e de fortalecimento da nossa economia criativa. Quero reforçar que esse trabalho faz parte de uma política cultural da prefeitura que já resgatou o Festival de Dança, hoje considerado o segundo maior do estado, e o Carnaval, que retomou seu lugar de destaque. Agora é a vez do teatro, e este é apenas o primeiro passo: já pensamos em ampliar ainda mais o Festejo no próximo ano, junto de outros projetos que estão por vir para a cultura de Joaçaba", afirmou Paulo.

A programação conta com grupos vindos de diversas cidades catarinenses, como Canelinha, Criciúma, Florianópolis e Blumenau, que enriquecem o festival com suas produções e talentos. O Festival de Teatro segue nos próximos dias com espetáculos abertos à comunidade, consolidando-se como mais um grande evento do calendário cultural do município.

## Confira a programação de sexta e sábado

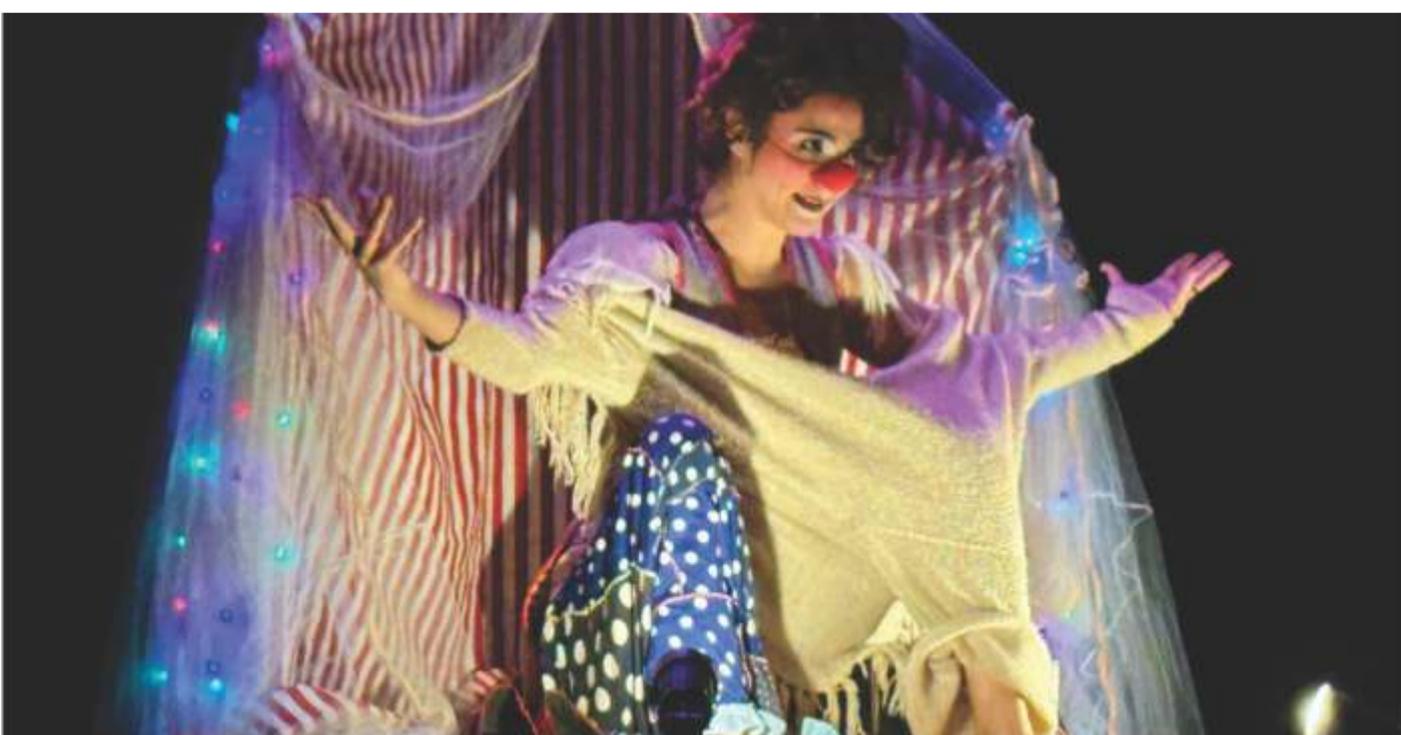
12/09 – 14h00 – Tet a Tet – Cia de La Curva – Teatro Alfredo Sigwalt

12/09 – 20h00 – Giz – Dengo – Teatro Alfredo Sigwalt

13/09 – 10h00 – Roda de Conversa: Partilha de saberes e processos criativos teatrais – Casa da Cultura Parque & Encerramento

13/09 – 16h30 – Intervenção de Palhaçaria (Têtra Teatro) e Espetáculo Palhaçada A LA CARTE – Parque Municipal de Joaçaba

13/09 – 20h00 – Roda de Samba – Acadêmicos do Grande Vale – Barracão da Acadêmicos



# Olesc

Teve início na quarta-feira (10), a 24ª edição da Olimpíada Estudantil Catarinense (Olesc), etapa regional, que neste ano acontece em Joaçaba. A competição é classificatória para os jogos estaduais previstos para final de outubro e início de novembro, em Brusque, e conta com a parceria entre a FESPORTE, por meio do Governo do Estado de Santa Catarina, e o Município de Joaçaba. As disputas estão concentradas nas modalidades de basquetebol, futsal, handebol e voleibol, realizadas em diferentes espaços esportivos da região, como Unoesc Campos 1, Ginásio Professor Edinho do Santa Tereza, Ginásio Poliesportivo do Colégio Marista, Complexo Esportivo Oscarzão em Herval d'Oeste e o Ginásio de Esportes do Colégio Girassol.

A abertura oficial ocorreu no auditório da Unoesc e o encerramento está programado para domingo (14), com as finais. Durante esta sexta-feira (12), seguem acontecendo os jogos da fase classificatória, que definem as equipes que avançam para as semifinais e finais. O Superintendente de Esportes de Joaçaba, Renan Pazin, destacou a importância do evento para o município. “Fica o convite para toda a população prestigiar nossos atletas e também para que as nossas associações consigam um bom desempenho e conquistem a tão esperada vaga para a etapa estadual. Agradecemos aos parceiros, como o Colégio Marista, Colégio Girassol, Unoesc e prefeitura de Herval d'Oeste. Ficamos muito felizes por retomar essa competição da FESPORTE em Joaçaba e já estamos nos preparando para receber mais eventos esportivos”, falou Renan.

